



LITERATURA E IMPÉRIO: AS IMAGENS DA ÁFRICA NA PRODUÇÃO LITERÁRIA PORTUGUESA DO SÉCULO XV

Katiuscia Quirino Barbosa³

Resumo: Este artigo versa sobre o imaginário político português sobre a África, principalmente no seio da Dinastia de Avis (sécs. XIV-XVI). Ao verificar as fontes produzidas no período afonsino, fica clara a produção de uma identidade "europeia" diante da alteridade "africana", expressa em costumes e religião principalmente, que produziram imagens sobre a África e ajudaram a fundamentar a formação do império ultramarino português.

Palavras-chave: Imaginário, Portugal, Baixa Idade Média

Abstract: The present article investigates the Portuguese political imaginary regarding Africa, especially during the middle of the Avis Dynasty (XIV-XVI). Upon examination of the afonsine period documents, it is clear that an "european" identity was on the making, in contrast with the "african" otherness, expressed mainly through their customs and religion, which produced images on Africa and supported the formation of the Portuguese ultramarine empire.

Keywords: Imaginary, Portugal, Late Middle Ages

³ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Membro do laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos (Scriptorium-UFF)

Introdução

O Imaginário Político Português no final da Idade Média é um tema que nos últimos anos tem sido largamente estudado nas universidades brasileiras, o que se relaciona com a atuação de alguns laboratórios de pesquisa como, por exemplo, o *Scriptorium*. À luz dessa temática destacam-se os trabalhos referentes à legitimação do poder monárquico por parte da Dinastia de Avis ao longo dos séculos XIV, XV e XVI. Dentro dessa perspectiva, observa-se a proliferação de discussões acerca da construção do Estado português, considerando, sobretudo, a sua dimensão simbólica.

Tais estudos relacionados à Dinastia de Avis justificam-se, em parte, por conta da vasta produção literária patrocinada por essa dinastia, marcada por um forte caráter propagandístico. Com o advento de Avis ocorre um aumento da produção de livros na corte portuguesa, antes mesmo do surgimento da imprensa. Durante o reinado de D. Afonso V, terceiro monarca da referida dinastia, observa-se a proliferação de uma produção literária de cunho propagandístico que trará para o reino as primeiras imagens do continente africano a partir da ótica dos navegadores portugueses. Enaltece-se nessa literatura o valor e a importância do reino e de seus habitantes na “descoberta” e conquista de regiões inexploradas por outros povos europeus. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo a análise das representações da África expressas na crônica da Guiné de Gomes Eanes de Zurara, buscando compreender de que forma estas imagens do continente africano se relacionam com a construção do Império ultramarino português.

A literatura e o projeto político Avisino

Desde os primeiros anos do reinado de D. João I, primeiro monarca da Casa de Avis, observou-se a proliferação de obras literárias escritas em prosa dotadas de forte entonação moralística. Estes escritos, de acordo com António José Saraiva, passam a ter um propósito didático e moralista. *A prosa, por suas especificidades, atende melhor ao ímpeto normatizador e centralizador que são características da dinastia de Avis.* (SARAIVA, 1988: 41). No século XV floresceu na Corte portuguesa uma cultura palaciana, na qual a literatura teve extrema relevância, pois difundia valores e ideais de sociedade forjados no bojo do projeto político avisino. Essa cultura, de acordo com Oliveira Marques, se fazia evidente a partir da produção de textos *como o livro da virtuosa benfeitoria do Conde D. Pedro, o leal conselheiro e o livro da ensinaça de bem*

cavalgar toda sela, do rei D. Duarte. Obras estas que atendem às expectativas moralizantes e pedagógicas da realeza em relação ao grupo aos quais se destinam, trata-se, pois, de uma literatura que objetivava estabelecer um rígido controle da afetividade (ACCORSI, 1997: 56). D. João I e os príncipes da *Ínclita Geração* inovam a literatura em prosa com a redação de tratados doutrinários e moralistas que abordam temas como religião, política e normas de conduta.

A consolidação da literatura em prosa à época de Avis coincide com o amadurecimento da língua portuguesa. As composições poéticas em galego-português e em castelhano, bem como os romances de cavalaria de influência provençal -tão comuns durante a dinastia de Borgonha- cediam espaço para uma prosa austera e comedida, como eram as obras dos príncipes de Avis e para uma literatura de cunho propagandístico, produzida pelos cronistas oficiais do reino a mando da Monarquia.

Outra novidade do período é a criação do cargo de cronista-mor do reino, fato que se relaciona com a necessidade de legitimar a nova Dinastia. Nesse contexto, o paço tornou-se o centro de irradiação do poder monárquico estruturado a partir de um discurso ordenador que atua como sustentáculo ideológico da dinastia, servindo como propagador do projeto político avisino, veiculado, em grande parte, a partir da referida produção literária. A esse “discurso”, presente na literatura portuguesa quatrocentista patrocinada pela realeza, a historiadora brasileira Vânia Leite Fróes denominou “*Discurso do Paço*”. O paço constituiu-se como um espaço simbólico, capaz de absorver as demandas dos “novos tempos”, fornecendo explicações ao novo quadro social e político que se configurou com a ascensão de Avis, além de fornecer elementos capazes de legitimar o poder da nova casa.

O “discurso do paço” constitui um modelo ordenador, atuando como sustentáculo ideológico da dinastia e servindo como propagador do seu projeto político, abarcando a prosa moral, os tratados técnicos, crônicas, peças teatrais, trovas, etc. De acordo com Fróes, esse discurso pretende legitimar o poder régio a partir da consolidação de um modelo messiânico onde o rei figura como salvador, não só do reino, mas também de toda a Cristandade (FRÓES, 1995: 4) além de fornecer “um substrato ideológico, através de seus mecanismos de consolidação e de resolução dos conflitos políticos, por meio de uma releitura da tradição cristã, conferindo uma sacralidade à monarquia.” (FRÓES, 1995: 49).

Diretamente ligada ao movimento de expansão portuguesa, a literatura em prosa circulante no reino de Portugal possui importante papel legitimador dessa expansão e consequentemente das guerras empreendidas na África ao longo dos séculos XV e XVI, sendo, dessa forma, um poderoso instrumento político. O domínio da produção literária significava o controle dos discursos veiculados nas obras. Dessa forma, torna-se evidente a intenção da monarquia de criar um campo literário que atue como propaganda política dos feitos dinásticos.⁴ A literatura doutrinária, ao mesmo tempo em que expressa os ideais do grupo dominante, constitui uma forma eficaz de controlá-lo.

Nesse sentido, o discurso do paço e suas implicações sociais são aqui entendidos como expressão do poder simbólico exercido pela realeza. Esta forma de poder é, na concepção de Pierre Bourdieu, um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica. Assim, o poder simbólico estabelece instrumentos de dominação sem a utilização da força física, sendo ainda mais eficaz no sentido de que sua constituição se dá, sem a percepção clara daqueles que estão sendo dominados (BOURDIEU, 1989: 10).

A função e a amplitude do discurso do paço devem ser analisadas conjuntamente ao projeto político avisino, erigido diante da necessidade de reorganizar o poder régio e definir as suas bases de apoio. O projeto apontava as diretrizes do Estado português tanto em suas ações internas quanto externas, trazendo em sua essência elementos que justificavam o poder e os atos régios. Tal projeto sustentava-se com base em três pilares, quais sejam: a propaganda régia, a centralização monárquica e a expansão marítima.

Os três pilares nos quais se embasam o projeto estão correlacionados, destacando-se o programa propagandístico como mecanismo de articulação entre os outros dois elementos, figurando como o principal baluarte da política avisina. Na propaganda régia nascem os instrumentos que garantem a legitimação quer da ação centralizadora quer da expansão. É nela que reside o discurso do paço e onde se constrói e exalta o sentimento nacional.

⁴Adotamos aqui a concepção de propaganda política de Nieto-Soria que a define como: “o conjunto dos processos de comunicação pelos quais se difundem os valores, as normas e as crenças e que formam as ideologias políticas”. Cf NIETO-SORIA, 1988: 42.

A função legitimadora da propaganda criou um modelo messiânico a ser encarnado pelo Mestre de Avis e o uniu ao fundador do reino, D. Afonso Henriques. A trajetória de ambos fora comparada e associada, o mito de origem enaltecido. O milagre de Ourique nunca estivera tão vivo na mente do povo português, quanto nos primeiros anos da era avisina. Os cismáticos castelhanos e o mouro infiel eram aludidos a todo instante, pois representavam o outro que os portugueses deveriam evitar e combater a fim de alcançar a sua própria identidade. O paradigma de rei guerreiro fora reafirmado, bem como a ideia de que o reino deveria cumprir sua missão, expandindo-se para além das fronteiras da Cristandade. Tal modelo de monarca pode ser observado ainda na era moderna, desaparecendo juntamente com o rei D. Sebastião, em 1578, na Batalha de Alcacer-Quibir.

Produzidas nesse contexto de legitimação, consolidação e exibição do poder da Casa de Avis ao longo do século XV, as crônicas revelam preocupação com a necessidade de criar uma memória oficial do reino e, por conseguinte, uma identidade portuguesa, bem como marcar, em um primeiro momento, um traço de continuidade dinástica. O domínio da produção literária significava, portanto, o controle dos discursos veiculados nas obras. A afirmação da hegemonia da língua portuguesa sobre os demais dialetos constitui um fenômeno de grande valor simbólico e representatividade no que tange à formação da identidade portuguesa.

O cronista-mor do reino, cargo criado durante o reinado de D. Duarte e que foi inicialmente exercido por Fernão Lopes, atuou nessa conjuntura como porta-voz de um discurso que se pretende oficial. A linguagem passa atuar como forma legítima de expressão da realeza; sua autoridade é delegada ao cronista que a representa e a propaga através de sua produção.

A produção cronística durante o reinado de D. Afonso V

Para alguns estudiosos, o reinado de D. Afonso V representou um retrocesso no processo de centralização empreendido pelos dois primeiros monarcas de Avis e continuado durante a regência de D. Pedro, posto que, através de largas doações o novo monarca permitiu o fortalecimento das principais casas senhoriais do reino (SERRÃO, 1980: 12). A retomada da guerra contra os mouros na África, na segunda metade do

século XV , marca o “retorno” do rei-cavaleiro e cruzado que parece anacrônico em meio as novas demandas da sociedade.

Observamos que, com a ascensão de D. Afonso V ao poder, o projeto político avisino focou as ações da monarquia no avanço da expansão sobre a África e em uma forte propaganda legitimadora. Retomando a ideia da “vocaçã messiânica” do reino português , a qual havia sido abandonada desde o episódio de Tânger (SERRÃO, 1980: 12). Dessa forma é possível falar da construção de um novo discurso de legitimidade durante o governo de D. Afonso V, advindo da necessidade do terceiro monarca de Avis em justificar a sua ostensiva política expansionista e que de alguma maneira contribuísse para aumentar o seu prestígio como governante.

No início do reinado de D. Afonso V é notória a tentativa de escoar as tensões internas para além do reino e, nesse sentido, é coerente o emprego de um discurso cruzadista-messiânico. Ao assumir o trono em 1448 o rei D. Afonso V modificou muitos aspectos da política monárquica, a começar pelos mecanismos propagandístico da Dinastia avisina. O novo rei destituiu Fernão Lopes, que já possuía idade avançada, do cargo de cronista-mor do reino colocando em seu lugar Gomes Eanes de Zurara, o qual parece ter sido bem próximo do monarca. Zurara , iniciou suas atividades no período subsequente a crise interna que levou a batalha de Alfarrobeira , a qual teve como seqüência a morte do Infante D. Pedro e a cisão política do reino entre os partidários do rei e do dito príncipe. É, portanto, um momento extremamente delicado no campo político português, marcado pela mudança de atitude em relação à empresa ultramarina e pela consolidação das forças senhoriais no poder (SERRÃO, 1977:27). A partir de uma pesada propaganda política, que tem como principal instrumento a produção cronística de Zurara, edificou-se um discurso que exaltava a ação militar na África, reverenciando tipos ideais de comportamento identificados como genuinamente portugueses, como por exemplo, a postura da cavalaria e o compromisso desse grupo com o rei, o reino e Deus.

A crônica da Guiné e as imagens da África na literatura portuguesa quatrocentista

Destacamos aqui a crônica dos feitos e Conquistas da Guiné, primeira obra a tratar dos “descobrimentos” portugueses na costa ocidental da África, na região do Golfo da Guiné. E seu papel pioneiro no que concerne às representações portuguesas da

África Negra e ao esboço da constituição, ainda que no plano simbólico, de um império ultramarino português fundamentado em ideais missionários cristãos.

Essas representações formaram “Imagens” que revelam não uma África, mas uma variedade de concepções acerca do continente. As várias Áfricas e os vários africanos inserem-se em um plano mental de concepções imaginárias e em um plano real, que só é possível apreender através da conquista, da experiência empírica estabelecida com o contato. Ao utilizarmos uma fonte como a *Crônica da Guiné*, que traz uma série de relatos de navegadores narrados sobre a ótica de um agente da casa de Avis, necessitamos buscar recursos metodológicos que ultrapassem os limites da ciência histórica. A alteridade presente no olhar de europeus tardo-medievais, nos aproxima de uma etnografia histórica, tratando aqui da descrição que homens de uma determinada época fazem daqueles que lhes são externos.

Na crônica de Zurara muitas são as passagens em que viajantes portugueses, em geral cavaleiros, descrevem não só pessoas, mas principalmente as características geográficas da Guiné e sua fauna. A exuberância da natureza parece chamar mais a atenção do que o povo que habita a região. Em diversos momentos da obra, o autor se refere à resistência que os guinéus ofereciam à captura, demonstrando que os primeiros contatos estavam longe de serem pacíficos. Em nenhum momento são tratados como inimigo, ao contrário do que ocorre com o tratamento desferido aos mouros em toda a crônica.

Tal olhar sobre o “outro” nos faz ter a falsa ilusão de que os portugueses viam os guinéus de forma homogênea, principalmente porque a crônica de Zurara nos oferece poucos dados acerca das etnias encontradas nas terras da Guiné. O autor, aliás, atenta para o fato de ser a gente da “terra verde” toda negra, elegendo a cor como traço de distinção determinante e como se entre as etnias africanas não houvesse nenhuma outra forma de diferenciação. Zurara não lança um olhar mais aprofundado sobre os diversos povos encontrados nas terras além do Cabo Branco. Entretanto preocupa-se, em alguns momentos de sua obra, em descrever as maneiras de alguns povos da região, como podemos observar no seguinte relato:

As roupas que usam são túnicas de couro, porém os mais honrados usam mantos e os que fazem parte de um grupo especial trazem bons vestidos, bons cavalos, boas selas e boas estribadeiras, mas estes são poucos. As mulheres vestem túnicas de couro e cobrem somente os

rostos e entendem que cobriram todas as suas vergonhas, porque os corpos elas trazem todos nus. (ZURARA, 1977: 205).

Nesta passagem o autor descreve as formas de vestimentas de homens e mulheres da terra dos negros, sem especificar exatamente a posição geográfica do povo descrito e sem identificá-los como pertencente a uma determinada etnia ou a uma determinada tribo. O autor destaca na forma de vestir dos negros a distinção social que delas advém. O relato do autor é, em alguns pontos, geograficamente impreciso, visto que ele se vale de dados anteriormente especulados e tenta coaduná-los aos dados empíricos advindos do processo de expansão. Nesse sentido, destaca-se o capítulo da crônica dedicado a descoberta da foz do rio Nilo, revelando que o conhecimento geográfico e espacial da época estava atrelado a concepções pré-concebidas que os impediam de enxergar a realidade que lhes era imposta, uma vez que na verdade estavam a quilômetros de distância do verdadeiro rio Nilo, tratando-se, portanto de um exemplo claro de processo de ancoragem e de uma forma de “atualização do imaginário”. Na obra de Zurara, observamos que os espaços do “Eu” do “Outro” aparecem muito bem definidos, assim como as distinções hierárquicas entre esses espaços e os seus habitantes. A alteridade, portanto, não se dá somente em relação ao indivíduo, mas também ao espaço físico que é cuidadosamente delimitado e hierarquizado.

Ressalta-se que a intenção do discurso de Zurara é menos de descrever o espaço e os habitantes do que de exaltar a ação dos agentes da empresa ultramarina portuguesa no que tange à expansão do evangelho e a conquista de novos territórios. No entanto, ele não foge a esse propósito, fazendo um rico relato sobre a natureza e os habitantes africanos. Ainda não é possível em Zurara identificar as etnias presentes no golfo da guiné, mas já podemos, com base nessa obra, fazer um esboço das relações que os portugueses passaram a estabelecer com a África e os africanos em meados do século XV.

Conclusão

A partir da análise das fontes relativas à expansão portuguesa do século XV é possível observar, no confronto estabelecido em decorrência do encontro com o “outro”, a existência de um sentimento de identidade que sugere uma consciência de “ser europeu”, entendendo a Europa não apenas como um lugar, mas, sobretudo, como um

arcabouço ideológico sustentado pelo cristianismo. Antes de serem portugueses esses homens que atuaram como agentes da expansão ultramarina eram cristãos e agiam de acordo com um modo de pensar estabelecido no interior da Cristandade, que embora não representasse um bloco homogêneo serviu como norteadora na construção da relação entre os europeus e os “outros”, no caso os guinéus, e na formação de imagens da África, lançando os fundamentos para a formação do Império Ultramarino Português.

Bibliografia

ACCORSI, Paulo. **Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412 -1438)**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997.

AMARAL, Clinio. **O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438 - 1481)**. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. *Rio de Janeiro: Bertrand, 1989*.

FRÓES, Vânia. **Era no tempo do rei**. Tese Titular apresentada ao departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: cópia reprografada , 1995.

NIETO-SORIA, José Manuel. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla: siglos XIII-XVI**. Madrid : EUDEMA, 1988.

QUEIRÓS, Silvio Galvão de. **“Pera espelho de todollos Uiuos”:** **A imagem do infante D. Henrique na Crônica da tomada de Ceuta**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997

SERRÃO, Luís. **Reis e presidentes de Portugal: dinastias de Avis e Filipina**. Linda-A-Velha : ACJ - Abril/Controljornal editora, 2001

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Cronistas Do Século XV Posteriores A Fernão Lopes**. Porto: Instituto De Cultura Portuguesa, 1977.

_____. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial verbo, 1980. Volume II.

ZURARA, Gomes Eanes. **Crônica de Guiné**. Segundo o manuscrito de Paris Modernizada. Introdução, notas, novas considerações e glossário de José Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1972.